

## A INTRODUÇÃO DE GRAMSCI NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ana Saggiaro Garcia<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo busca situar a introdução do pensamento de Gramsci no debate teórico das Relações Internacionais. De forma sucinta, apresento aqui a entrada do pensamento gramsciano como crítica metodológica e epistemológica ao pensamento dominante nas teorias das Relações Internacionais, o (neo)realismo e o (neo)institucionalismo. Logo, discorrerei sobre alguns dos principais conceitos trazidos por Robert W. Cox - o conceito de estrutura, de agência ou sociedade civil e de hegemonia - e como eles se diferem das teorias dominantes. Por fim, trago alguns aspectos de pensadores marxistas críticos aos gramscianos. Argumento que o debate ainda é útil e importante para compreender as mudanças na atual fase da ordem mundial.

Palavras-chave: Gramsci, Cox, Hegemonia, Sociedade civil, Teoria das Relações Internacionais

### ABSTRACT

This article aims to situate the introduction of Gramsci's thoughts in the theoretical debate of International Relations. Briefly, I present the entrance of Gramscian thought as a methodological and epistemological critique to the dominant theories of International Relations, namely (neo)realism and (neo)institutionalism. Thus, I discuss some of the major concepts brought by Robert W. Cox - the concept of structure, agency or civil society and hegemony - and how they differ from the dominant theories. Finally, I bring some aspects brought by marxists, that are critical to (neo)gramscians. I argue that the debate is still useful and important to understand changes in the current phase of the world order.

Keywords: Gramsci, Cox; Hegemony, Civil Society, Theory of International Relations

### 1. INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido iniciado nos anos 1980, a chamada "abordagem gramsciana" das Relações Internacionais (RI) ainda é pouco conhecida fora da disciplina, mesmo entre os diferentes estudiosos do pensador e militante comunista italiano. Socializar este antigo debate pode nos fornecer importantes ferramentas para reflexão sobre a ordem mundial hoje. Nesse ensaio, discorrerei sobre a introdução de Gramsci como crítica metodológica e epistemológica às teorias dominantes nas Relações Internacionais, a saber, o realismo, neo-realismo e o institucionalismo, usando como exemplo alguns dos principais conceitos das RI. Logo, apresentarei algumas das críticas marxistas aos "gramscianos". Busco, aqui, simplificar a leitura teórica com o objetivo de facilitar a compreensão de alunos iniciantes no debate teórico das Relações Internacionais, além de atingir estudiosos e interessados de fora da disciplina.

### 2. A ABORDAGEM GRAMSCIANA COMO MÉTODO EM RI/EPI

Gramsci "entra" nas Relações Internacionais e na Economia Política internacional (EPI) primeiramente como uma crítica metodológica e epistemológica às teorias positivistas, que predominaram nessa área nos anos 1980, especialmente o neo-realismo<sup>ii</sup>. Em seu famoso artigo de 1981, "*Social forces, states and world orders*", Robert W. Cox fez uma das mais influentes críticas na disciplina, baseando-se na Escola de Frankfurt, ao dividir o campo teórico entre "teorias de solução de problemas" e "teoria crítica". A premissa que permeia a distinção é a de que "uma teoria é sempre para alguém e para algum propósito", ou seja, todas as teorias advêm de uma determinada perspectiva, que deriva de uma posição em tempo e espaço, especialmente tempo e espaço político e social. As "teorias de solução de problemas" têm um viés conservador. Elas elaboram, a partir de verificações empíricas, mecanismos e princípios

para o melhor funcionamento das relações em uma estrutura previamente dada, que não é questionada. Metodologicamente, elas tentam expressar variáveis livres de valor, ou seja, objetivas e distantes do sujeito que as analisa, operando dentro do viés positivista da ciência. Esses mecanismos e princípios, detectados por elas em determinadas estruturas históricas, acabam perdendo sua contextualização em tempo e espaço. Deste modo, são transformados em tendências gerais do sistema internacional, que são repetidas/repetitivas, ou seja, observáveis e, mais importante, *previsíveis*. Com isso, tomam uma forma de pensamento derivada de uma fase particular da história e assumem como universalmente válida. Essas teorias buscam solucionar problemas dentro de determinada ordem social e política que é constante, não problematizando seu surgimento histórico e, portanto, não contemplando uma transformação radical dela. Em outras palavras, busca-se explicar acomodações e ajustes dentro de uma estrutura, e não sua transformação. Resulta que para essas teorias, que são perspectivas históricas e sociais, "o futuro será sempre como o passado". Segundo Cox (1981), essas teorias interessam aos que se beneficiam de determinada ordem, ou seja, aqueles que falam desde o lócus de poder que, no século XX (ápice das Relações Internacionais como disciplina acadêmica), foram os EUA.

Quais são as "teorias de solução de problemas"? Cox dirigiu-se especialmente ao realismo. Sua base filosófica está em Maquiavel e Hobbes, partindo, assim, do princípio de que a natureza humana é ruim e que a preocupação mais essencial do ser humano é sua segurança e sobrevivência. O sistema de Estados seria análogo ao estado de natureza hobbesiano. Na leitura realista, os Estados são os únicos atores relevantes no sistema. Eles são "unidades" fechadas, coesas, com um "interesse nacional". Os Estados agem como atores racionais, devendo o estadista agir livre de preceitos morais. O princípio da anarquia guia a vida internacional. Por que a anarquia? Porque Estados não abrem mão de sua soberania, não havendo, portanto, nenhum poder acima deles. O duo anarquia/soberania são, assim, indissociáveis. O

realismo divide de forma rígida o "dentro" e o "fora" dos Estados: dentro rege a hierarquia (que garante a paz), fora rege a anarquia, resultando na necessidade de segurança para a sobrevivência. A anarquia torna-se um *constrangimento estrutural* para todos os Estados, determinando as possibilidades de relações inter-nacionais. Porque os Estados convivem num sistema anárquico, eles precisam acumular poder para sobreviver. A natureza dos Estados e do sistema é conflituosa. Conseqüentemente, o sistema é de auto-ajuda, pois cada Estado só se pode contar consigo mesmo para sobreviver. O interesse nacional é definido em termos de poder: um Estado quer sempre acumular, demonstrar ou preservar poder. Nesse sistema anárquico, competitivo e de auto-ajuda, um Estado preocupa-se com seus ganhos relativos frente aos outros. O poder de um é mensurado e controlado pelo aumento ou diminuição de poder do outro. Assim, a balança de poder torna-se um mecanismo automático do sistema. O pensamento realista das Relações Internacionais é pautado pelas guerras mundiais, a guerra fria, a questão da bomba atômica e o perigo de uma guerra nuclear. Ele explica de forma mais abrangente as questões de segurança internacional.

Outra poderosa e influente "teoria de solução de problemas" é o institucionalismo ou o liberalismo nas RI. Sua base filosófica se encontra em Grotius (especialmente a noção de uma moral universal e de uma guerra justa), assim como em Kant (a idéia de que repúblicas tendem a não fazer guerra transplanta-se para a de que democracias não fazem guerras com outras democracias). Para os institucionalistas, apesar da anarquia, Estados cooperam uns com os outros. Em analogia aos indivíduos no pensamento liberal, aqui os Estados são racionais e egoístas, e calculam o custo-benefício da cooperação para maximizar seus ganhos. Sua preocupação é com ganhos absolutos, e não mais relativos. Os Estados estão em relação de interdependência complexa com os demais, ou seja, existem sensibilidades e vulnerabilidades mútuas e desiguais no sistema. Eles continuam sendo os principais atores no plano internacional, no entanto, há a interação com atores não-

estatais (empresas, indivíduos, organismos internacionais), que compõem essa interdependência complexa. Os Estados têm diferentes preferências (interesses), sendo a segurança e a sobrevivência uma das preferências, mas não a única (outras seriam bem-estar econômico, status, etc.). As instituições jogam um papel fundamental no plano internacional. Elas facilitam a cooperação entre os Estados, porque provêem informação, diminuem os custos de barganha e negociação, estabelecem regras e normas que "aprisionam" (*lock-in*) as decisões tomadas, condicionando decisões futuras e gerando, assim, estabilidade. Conseqüentemente, as instituições geram uma dependência do caminho traçado (*path dependence*), proporcionando mais estabilidade. Elas intervêm no comportamento dos Estados, o que diferencia os institucionalistas dos realistas (e marxistas). Para esses, as instituições refletem o poder das potências. Elas só existem porque e enquanto o Estado mais poderoso tiver interesse em mantê-las, não alterando as relações de poder nem os interesses de um Estado. Já para os institucionalistas, as instituições não são simples reflexo dos mais poderosos no sistema, ao contrário, podem conter a política de poder através de normas e regras que são iguais para todos, inclusive para as potências. O pensamento institucionalista ganhou fôlego no final da década de 1960, início de 1970, com a crise financeira mundial, o fim do padrão dólar-ouro e o choque do petróleo. Daí emerge a noção de "interdependência complexa", notoriamente na visão de pensadores situados nos países centrais, enquanto que, na periferia do sistema, no mesmo período, discutia-se a Teoria da Dependência (e não uma "interdependência").

Tanto o realismo quanto o institucionalismo passam por reformulações, incorporando o prefixo "neo" ao seus nomes, convergindo, no final dos anos 1970, no que ficou chamado de "racionalismo". Eles aproximam-se ainda mais de uma metodologia positivista e empiricista, transferindo para o estudo da política mundial elementos da microeconomia e das ciências exatas. Se confinaram em uma visão liberal da ordem mundial, onde a economia dizia respeito ao mercado (e à esfera da sociedade civil), e a

política ao Estado, justificando a não-intervenção deste naquele. Waever (1996) chamou a convergência desses dois paradigmas teóricos nos anos 1980 de "síntese neo-neo", uma vez ambos convergiam em um programa de pesquisa racionalista, uma concepção estreita de ciência, assumindo a premissa da anarquia no sistema internacional, Estados como unidades atomísticas e fechadas, discutindo entre si apenas sobre as possibilidades de cooperação e a importância de instituições. A convergência entre neo-realismo e neo-institucionalismo no campo teórico "coincide" no final dos 70/início dos 80, com a convergência política entre Reagan, Thatcher e Xio-Ping, culminando na política e no ideário neoliberal que veio a prosperar com o fim da guerra fria.

Nota-se a falta de um lugar relevante para o marxismo no debate teórico das RI. Ele é trazido "à rebarba" com as teorias do Imperialismo (que, além de uma análise de classes sociais, traz o Estado como ator central num sistema hierárquico, onde guerra é resultado de competição inter-imperialista) e a Teoria de Dependência (que baseia-se numa divisão internacional do trabalho, onde o desenvolvimento do norte e subdesenvolvimento das ex-colônias estão inter-ligados no sistema). Ambas, entretanto, não se restringem ao campo das RI, sendo transcendentem a diversas áreas de conhecimento e ação política. Posteriormente, passou-se a reconhecer as abordagens do "sistema-mundo" como uma perspectiva marxista e estruturalista na disciplina. Ela busca explicar a interligação entre centro, semi-periferia e periferia em uma única estrutura que é capitalista. O sistema de Estados moderno está estreitamente vinculado ao sistema capitalista, sendo uma estrutura histórica que, assim como as outras, é terminal e não eterna. Segundo Nogueira/Messari (2005), enquanto o pensamento de Lênin enfatizou aspectos temporais, entendendo o imperialismo como um estágio na evolução do capitalismo, os teóricos "dependentistas" enfatizaram o aspecto espacial, baseando-se em uma divisão geográfica no sistema. Os teóricos do "sistema-mundo", por sua vez, buscaram combinar a evolução histórica e deslocamento geográfico, enfatizando o deslocamento dos

centros de acumulação do capital de acordo com ciclos de expansão e declínio.

### 3. A ABORDAGEM GRAMSCIANA COMO TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Já dizia o ditado que "em terra de cego, quem tem um olho é rei". E se tudo que é sólido se dissolve no ar, frente à "solidez" das teorias de solução de problemas, outras buscaram descortinar as contradições e compreender as transformações na ordem social e política. De acordo com Cox (1981), a "teoria crítica" vai buscar contextualizar os fenômenos explicados pelas "teorias de solução de problemas" em determinadas estruturas históricas, preocupando-se com as especificidades. Ela questiona como esta estrutura surgiu para, então, buscar elementos sobre como ela pode se transformar. A teoria crítica rejeita a possibilidade de um presente constante, que é funcional àqueles no poder. Sua preocupação é com a compreensão do todo com suas complexidades e contradições. Para isso é necessário analisar a totalidade em movimento, e não de forma estática, preocupando-se em vislumbrar "de cima para baixo e de baixo para cima" a realidade social, considerando grupos, classe ou Estados oprimidos e subalternizados, expondo as contradições de certos fenômenos e visões de mundo. Questiona-se quem são os incluídos e os excluídos de certas visões de mundo que informam as teorias. A noção de movimento traz a idéia de prática para a transformação e não para a "administração" do sistema. Ao desvendar as contradições, é possível verificar como certos consensos foram construídos (e destruídos) - por quem, para quem e de que forma - iluminando assim possibilidades de pensar outras formas de mundo, outros imaginários, e outras realidades sociais que estão em constante reconstrução.

A teoria crítica vai identificar, portanto, onde certos consensos escondem conflitos. Enquanto o neo-realismo vê o conflito como inerente à condição humana, um fator constante da essência da natureza humana que busca o poder, sendo ele consequência recorrente de estruturas contínuas, teoria crítica e o materialismo histórico

vê no conflito um processo de contínuo refazer da natureza humana. É a partir dos conflitos e da contestação de dada hegemonia de forças sociais dominantes que impulsionamos transformações estruturais.

Cox (1981) faz a ligação entre metodologia e o conteúdo: as teorias de solução de problemas servem às forças sociais dominantes, que buscam administrar o sistema para manter-se no poder, já a teoria crítica vai servir àqueles forças sociais que estão em luta e contestação da ordem social. Ele estabelece também a relação entre teoria e período histórico: períodos de aparente estabilidade ou relações fixas de poder favorecem a abordagem de solução de problemas, como foi a guerra fria, enquanto que a condição de incerteza sobre as relações de poder apóiam a abordagem crítica, posto que as pessoas buscam entender oportunidades e riscos de mudanças.

Segundo Cox (1981), o materialismo histórico é capaz de "corrigir" as abordagens convencionais a partir de diversos fatores. Em primeiro lugar, uma metodologia dialética, explorando as contradições e o potencial para formas alternativas de desenvolvimento, que surgem da confrontação de forças sociais opostas numa situação histórica concreta. Além disso, ele adiciona a dimensão vertical à dimensão horizontal de poder entre Estados rivais, apontada pelo realismo. Desse modo, a dimensão de dominação e subordinação na economia mundial de metrópoles sobre colônias, e centro sobre periferia, ficam evidentes. O materialismo histórico expande a perspectiva da política internacional para a relação entre Estado e sociedade civil, tornando o complexo Estado/sociedade a entidade constituinte da ordem mundial. Diferencia-se, assim, do realismo, que trata a sociedade como um constrangimento sobre o Estado, e uma limitação imposta por interesses particulares sobre a *raison d'Etat*, que é concebida e definida como independente da sociedade civil. Por fim, o materialismo histórico foca no processo produtivo como elemento fundamental para formas históricas particulares do complexo Estado/sociedade, sendo a internacionalização da produção e a expansão do comércio fatores

centrais, que geram a re-estruturação das classes sociais e, com isso, as forças sociais que incidem no processo político. Assim, o materialismo histórico analisa as ligações entre poder na produção, no Estado e na ordem mundial.

Na tentativa de situar o debate teórico em relação à política internacional, podemos observar: um primeiro debate teórico no início do século XX, exposto especificamente por Carr, entre o idealismo e o realismo, que é um debate ontológico sobre as possibilidades de paz e guerra; um segundo debate no período pós-Segunda Guerra Mundial, entre metodologias tradicionalistas ou do chamado "behaviorismo" das ciências políticas estadunidenses, pautado pela guerra fria e pela possibilidade de uso da bomba atômica pelas potências; por fim, um debate "inter-paradigmático" entre as abordagens neo-realista, neo-institucionalista e o próprio marxismo, cujas diferenças e convergências expusemos acima. Com o fim da guerra fria, que "amarrava" e condicionava o pensamento mais amplo sobre a ordem mundial, floresceu uma diversidade de abordagens denominadas "pós-positivistas", ou simplesmente "reflexivistas", resultado do momento histórico de abertura da década de 1990, contestando o pensamento racionalista e positivistas das teorias de solução de problemas. É nesse contexto que surgem os "neo-gramscianos", que são reconhecidos com uma corrente teórica que se baseia em Gramsci para analisar e compreender as relações internacionais.

#### 4. CONCEITOS RELEVANTES

Exposta a diferenciação entre "teoria crítica" e "teoria de solução de problemas", buscaremos agora compreender as diferentes definições e usos de conceitos e fenômenos nas relações internacionais. Por exemplo, o conceito de estrutura. Nas teorias estruturalistas tradicionais de RI, a natureza do sistema é anárquica e não muda. A estrutura constrange os agentes (Estados) de forma mecânica, e a anarquia explica o modo de agir dos Estados. A estrutura pode mudar de acordo com a distribuição de capacidades (materiais e bélicas) entre os

Estados, podendo haver momentos históricos de uma estrutura multipolar ou bipolar. Entretanto, o constrangimento estrutural da anarquia é uma constante. Em Cox (1981), as ações se dão sempre dentro de estruturas históricas, que constituem a problemática a ser estudada. O papel da teoria crítica é entender e explicar como determinadas ações são moldadas pela estrutura, e como, ao mesmo tempo, certas ações são capazes de transformar a estrutura. Estruturas históricas são compostas de bases materiais, idéias e instituições (não há prioridade de uma sobre a outra). Estas estruturas históricas, por sua vez, formam três esferas de atividades: forças sociais (derivadas das relações sociais de produção) formas de Estado e ordem mundial (hegemônica ou não-hegemônica).

A estrutura relaciona-se com os agentes, e vice-versa. No realismo, somente o Estado tem agência na estrutura internacional. Essa tem poder de constranger a ação dos Estados, suas ações são moldadas pelo constrangimento estrutural. No liberalismo, outros atores têm agência (por ex. grupos de interesse, empresas multinacionais) que podem influir sobre os Estados. As organizações internacionais têm poder de mudar a ordem de preferência dos Estados. Há, assim, uma relação mais dinâmica entre agentes e estrutura. A sociedade civil, para os liberais, são grupos de interesse domésticos e transnacionais que irão disputar sua influência sobre os Estados. Ela é separada destes, ou seja, ambos são esferas distintas. Em Cox (1999), a sociedade civil é o espaço onde a ordem vigente é fundada, mas também onde uma nova ordem pode ser construída. A sociedade civil é formadora e formada, ao mesmo tempo um agente de estabilização e reprodução e um agente potencial de transformação. Sua característica é dialética. As forças sociais não existem somente dentro do Estado. Elas ultrapassam fronteiras dos Estados, e as estruturas mundiais podem ser descritas em termos de forças sociais. O mundo pode ser descrito como padrões de forças sociais, no qual os Estados jogam um papel intermediário, mas autônomo, entre estrutura global das forças sociais e configurações locais de forças sociais dentro de certos países.

Cox (2009) argumenta que prefere usar o termo "forças sociais" ao invés de classes, pois esta refletia a natureza de sociedades industriais, que hoje são mais complexas e diferenciadas. Para ele, hoje, trabalhadores estabelecidos podem ser representados como "privilegiados" frente às massas desempregadas e em empregos precários e informais. Em algumas sociedades, populações indígenas não se encaixariam no conceito de "proletariado". O termo "forças sociais" é explicitamente vago, forçando-nos a averiguar historicamente e em cada sociedade quem são as populações expropriadas e os agentes de transformação. Estes não estão previamente definidos, serão construídos em determinados processos de lutas emancipatórias.

As forças sociais podem ser "*top-down*" ou "*bottom-up*". As primeiras são parte integrante do mercado, agências onde forças econômicas (*managerial class*) formam uma hegemonia cultural e intelectual para assegurar a ordem capitalista entre as massas. Estas forças dominantes penetram e cooptam partes dos movimentos sociais (especialmente com subsídios econômicos) para garantir a conformidade e legitimidade da ordem vigente. Forças "*bottom-up*" são identificadas como espaço onde excluídos e trabalhadores precarizados se engajam na construção de uma alternativa contra-hegemônica, disputando um novo senso comum na população nacional e internacional.

Cox (1999; 2001) traz componentes de classe ao conceito abstrato de sociedade civil, e provê a base material sobre a qual a sociedade civil ganha um caráter público ou privado. O conceito de sociedade civil é colocado dentro da questão da democracia e direitos sócio-econômicos. As forças "*bottom-up*" constituem a potencial agência de emancipação e transformação.

O principal conceito pelo qual Gramsci é trazido para as RI é o de hegemonia. Especialmente para o realismo, a noção de hegemonia é baseada no poder do Estado em sua forma simples (instituição de autoridade política), e há pouca diferenciação entre hegemonia, dominação (Estado dominante) e império. A supremacia do poder militar, político e econômico

de um Estado dominante é equivalente à hegemonia.

Para um expoente do realismo, Robert Gilpin (1981), a hegemonia de um Estado é consequência da vitória de uma guerra gerada pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional. Uma guerra hegemônica se caracteriza por três elementos: a contestação direta entre o poder dominante e Estados revisionistas, por mudanças na natureza e a governança no sistema, e por meios de violência quase ilimitados. As grandes transformações na história mundial foram derivadas de guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o re-ordenamento do sistema a partir de idéias e valores do Estado vencedor.

Gilpin (1981) afirma que marxistas e realistas compartilham da visão de que, enquanto for possível a expansão territorial e de recursos, a lei do desenvolvimento desigual pode operar sem alterar a estabilidade do sistema como um todo. No entanto, quando seus limites são alcançados, o sistema entra em crise, o que levou a uma intensificação do conflito e ao colapso final do sistema em duas grandes guerras. Observa-se que o mesmo processo histórico caracterizado por Gilpin como guerra hegemônica, para Lênin é denominado guerra inter-imperialista.

Para Gilpin (1981) a tática de fazer concessões aos poderes menores para assegurar o status-quo pode demonstrar um sinal de enfraquecimento do *hegemon*, gerando um ciclo vicioso de demandas por mais concessões. Este ponto expõe uma diferença entre a concepção de hegemonia como poder militar, política, territorial e econômico (semelhando a imperialismo) e aqueles que trabalham com "consenso e coerção". Para estes, a habilidade de construção de consenso a partir de concessões legitimará a liderança do *hegemon*, que usará a coerção somente quando necessário. Assim, as formas de concessão e compromissos internacionais são instrumentos de legitimação do poder.

No pensamento de Gilpin (1981), assim como outros autores realistas e institucionalistas, a paz equivale a uma "estabilidade hegemônica", uma vez que ela é assegurada e vigiada por um poder maior, que coordena a política mundial a partir da sua visão de mundo. A história torna-se ciclos

padronizados, que seguem as mesmas etapas de ascensão, contestação, guerra e nova hegemonia, num movimento intercalado, porém repetitivo, entre guerra e paz hegemônica. A hegemonia é tratada em termos racionalistas: a relação custo-benefício para que o Estado, até então dominante, mantenha ou recupere sua posição de poder, e o Estado em ascensão use as oportunidades de crise para conseguir crescer.

A noção de uma estabilidade hegemônica nasceu primeiramente com Kindleberger em sua obra de 1973. Para ele, a crise e a Grande Depressão dos anos 1930 poderiam ter sido evitadas se a Inglaterra tivesse tido capacidade, e os EUA a vontade política de exercer liderança. Ambos foram incapazes de preservar o “bem público”, voltando-se para si, privilegiando questões particulares ao invés do bem comum, que seria a estabilidade do sistema como um todo. As visões de Gilpin e Kindleberger deram origem à chamada “teoria da estabilidade hegemônica”, desenvolvida posteriormente por Keohane (1993), expoente do paradigma institucionalista das RI. De acordo com ele, o poder como recurso para a estabilidade é mais efetivo em alguns regimes (como o do petróleo) e em outros menos (como o regime monetário e de comércio). Os regimes econômicos internacionais fortes dependem de um poder hegemônico, ao passo que fragmentação do poder entre países em competição pode levar à fragmentação do regime. A concentração de poder indica, portanto, estabilidade.

Keohane (1993) afirma que países maiores e menores têm incentivos para colaborar dentro de um regime internacional, uma vez que a potência hegemônica ganha capacidade de configurar e dominar seu entorno internacional, enquanto que administra um certo fluxo de benefícios a pequenas e médias potências para convencê-las de que têm interesses coincidentes. Na medida em que a distribuição de recursos (especialmente econômicos) se torna mais equitativa, aumentam os custos do hegemon em manter estabilidade e o cumprimento das regras, e os regimes se debilitam. Inicia-se assim um período de transição e de instabilidade.

Nota-se aqui que a hegemonia adquire uma conotação benigna. Assim como um “Leviatã”

daria fim a um “estado de natureza de todos contra todos”, também o *hegemon* pode minimizar os efeitos da anarquia internacional. Desta forma, o “bem comum” (estabilidade, paz, ordem) seria garantido. Diferentemente de Gramsci, quem, através do conceito de hegemonia, denunciava a opressão e subalternidade de uma classe frente a outra, para estes teóricos do realismo e do institucionalismo, a desigualdade social e internacional não é um mal em si, podendo ser “um mal necessário” para garantir a ordem do sistema.

Autores críticos convergem com realistas e institucionalistas sobre a relativa estabilidade do sistema através da formação de uma ordem mundial hegemônica. No entanto, buscaram revidar a noção de uma hegemonia “benévola”, trabalhando, a partir da teoria gramsciana, os instrumentos de liderança e manutenção do poder na ordem mundial. A estabilidade da ordem hegemônica é constituída através de uma hierárquica de poder, que resulta em opressão de Estados poderosos e as classes dominantes mundiais sobre as classes subalternas e Estados na periferia, que são submetidos aos disciplinamento econômico e político ditado de cima para baixo. Assim, o poder do *hegemon* não é necessariamente benevolente para todos de maneira universal (entre classes e entre centro e periferia da ordem mundial), apesar de aparentar tal universalidade.

Em termos gramscianos, a hegemonia é constituída pelas classes dominantes, que lideram na sociedade civil e, ao chegaram ao poder do Estado, são capazes de representar seus interesses particulares em termos universais. O projeto hegemônico é, assim, percebido como algo que abarca os interesses de grupos subordinados. Cox definiu hegemonia em seu livro de 1987 “*Power, Production and World Order*” como uma dominação de forma particular, onde um Estado cria uma ordem baseada ideologicamente, em ampla medida, em consentimento. A ordem hegemônica funciona de acordo com princípios gerais que, na verdade, asseguram a contínua supremacia do Estado líder e sua classes social dominante, oferecendo, ao mesmo tempo, alguma medida de satisfação aos menos poderosos. Deste modo, para se

tornar hegemônico, um Estado precisa fundar ou proteger uma ordem que seja universal em sua concepção, mas em que outros Estados sintam em parte compatível com seus próprios interesses. Neste tipo de ordem, a produção em países particulares se conecta ao sistema mundial de produção. A classe dominante no Estado *hegemon* encontra aliados em classes de outros países. Uma sociedade mundial incipiente emerge no sistema inter-estatal, e os próprios Estados se tornam internacionalizados, de modo que seus mecanismos e políticas são ajustadas ao ritmo da ordem mundial.

Ao falarmos de hegemonia no nível mundial, devemos compreender a forma como as classes dominantes transnacionais chegam a um consenso hegemônico entre os principais países e são capazes de implementar seu projeto em outros países através da atuação de instituições internacionais (e nacionais). Com isso, uma hegemonia mundial é um projeto da classe dominante num determinado Estado dominante, mas vai além dele, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema. Desta forma, é necessário pensar o papel das classes e forças sociais na construção da hegemonia mundial e da contra-hegemonia.

Para Cox (1993), um importante mecanismo de universalização de normas são as organizações internacionais. Através delas são incorporadas as regras que facilitam a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando ideologicamente as normas desta ordem. Ao mesmo tempo, elas mesmas são produto da hegemonia de um Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos, e absorver idéias contra-hegemônicas. A construção da uma hegemonia mundial baseada nas organizações internacionais é, especialmente, uma característica da "pax americana." Contrária à argumentação de institucionalistas, como Ikenberry (2001), para quem as instituições e organizações internacionais puderam constranger ou auto-limitar o próprio poder dos EUA, para Cox elas serviram para alcançar a universalização de normas, valores e princípios

particulares, e políticas que beneficiam interesses particulares do *hegemon*, expandindo e assegurando a manutenção de seu poder.

## 5. CRÍTICAS MARXISTAS AO NEOGRAMSCIANISMO

De fora, muitos poderão imaginar que as visões marxistas e neogramscianas nas Relações Internacionais são convergentes. Entretanto, houveram muitas críticas ao longo dos anos. Uma das recentes críticas foi feita por Hannes Lacher (2008; 2006). Para ele, a noção de uma autoridade internacionalizada que se baseia em um alto grau de consenso nacional e internacional (entre Estados e entre classes) somente é pertinente para a caracterização do período da "pax americana". Ela não deveria ser abstraída deste período particular, e ser tornar uma categoria "transhistórica". Segundo Lacher (2008), o ciclo realista de ascensão e descenso de grandes potências foi suplantado pelos gramscianos pela idéia de ascensão e descenso de blocos históricos transnacionais. A hegemonia deve ser compreendida, no entanto, como resultado de um processo histórico, as tentativas de integração social no fim do século XIX não só através da cooptação, mas da incorporação de grande parte da população na estratégia hegemônica na Europa continental. Para ele, Cox não explica satisfatoriamente as mudanças históricas no nível global, elas seriam concebidas como uma sucessão de blocos históricos (um "estruturalismo em miniatura"). Cox falha em explicar como o sistema capitalista emerge, explicando apenas diferentes formas de capitalismo. Assim, o capitalismo é assumido como dado, torna-se o elemento de continuidade por toda a transição histórica entre blocos particulares. Conjuntura e estrutura são, portanto, confundidas. Há uma tendência a "estruturalizar a conjuntura". Para explicar mudanças entre blocos históricos, Cox teria uma visão instrumentalista das elites transnacionais. A globalização neoliberal parece ser um produto da "vontade" do capital transnacional, de seus aliados privados e das burocracias públicas dos Estados líderes. Uma burguesia global parece impor seus interesses na forma que um novo conjunto de



estruturas econômicas, políticas e mundiais. Esta "nebulose global" geraria uma esfera econômica despegada, imperativos globais descontrolados que levam à perda de habilidade da sociedade de determinar democraticamente sobre seu futuro. Desse modo, para Lacher (2008), os neo-gramscianos falharam em dar uma explicação satisfatória sobre a relação entre agência (reprodutiva ou transformadora) e estrutura (social, histórica). Estudos sobre resistência, movimentos e contra-hegemonia aparecem para remediar a tendência elitista, mas falham em apreciar com profundidade os déficits da abordagem histórica estrutural de Cox, que estariam ligadas à relação problemática entre estrutura, processo e agência. Segundo o autor, há, tanto por parte de institucionalistas quanto por autores críticos, uma "sobre-valorização" das funções das instituições internacionais no sistema de dominação global, obscurecendo o quanto estas são apoiadas nos Estados.

Outros críticos da abordagem neo-gramsciana são Leo Panitch e Sam Gindin (2005). Central para esses autores é a análise sobre o "império informal americano" (e não uma "pax americana"), que é a construção do poder global estadunidense sem necessariamente estender sua soberania ou ocupar territorialmente outros Estados como estratégia prioritária. Mais importante foi a capacidade do Estado americano de *penetração estrutural* em antigos rivais e coordenação com outros Estados líderes capitalistas. Com isso, foi possível garantir, no período pós Segunda Guerra, a estruturação de outros Estados independentes como Estados capitalistas, ou seja, que sustentam a acumulação de capital e protejam a propriedade privada (e não somente a propriedade do Estado imperial) dentro de seus territórios. O projeto americano foi, portanto, não governar o mundo diretamente, nem repassar essa tarefa às instituições internacionais, mas sim conceber um projeto de capitalismo global consistente com a tentativa de tornar ou manter outros Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de capital em todos os lugares.

Os autores se diferenciam dos teóricos críticos

baseados em Gramsci afirmando que o império estadunidense foi hegemônico frente a outros Estados e classes capitalistas, porém, mesmo com toda a penetração cultural e econômica dos EUA em outras sociedades, nunca houve uma "transferência de lealdade popular direta" de outros povos aos EUA. Além disso, tampouco os EUA tiveram que incorporar demandas das classes subordinadas (em termos gramscianos) em outros Estados dentro da construção de seu império. O consentimento ativo para a dominação do império informal sempre foi, de acordo com Panitch e Gindin, mediado pela legitimidade que os outros Estados mantinham para si, ou reuniam em nome de qualquer projeto particular do Estado americano.

Outra crítica feita por Panitch (1994) em trabalhos anteriores diz respeito à análise de Cox sobre a internacionalização do Estado. Este seria um processo que se origina "de fora para dentro", ou seja, do consenso internacional sobre obrigações e acordos aos quais os Estados teriam que ajustar-se. Ele critica a noção de Cox do Estado nacional como uma "corrente transmissora" entre o global e o nacional, e como um escudo que amortece as pressões do mercado global. Cox deixaria de fora as formações sociais internas, que são forças ativas na barganha e na mediação das mudanças internas do Estado. Panitch baseia-se em Poulantzas, para quem as transformações do Estado decorrem das formações contraditórias internas, conflitos entre frações da burguesia e demandas de trabalhadores.

## 6. CONCLUSÃO

Neste artigo busquei apresentar de forma breve e simples a introdução de Gramsci nas Relações Internacionais no marco da crítica metodológica e epistemológica às teorias tradicionais na área. Para isso, resgatei alguns dos principais conceitos da disciplina, como estrutura, agente e hegemonia. Outros conceitos relevantes para o pensamento de Gramsci, e adotados por autores para pensar o internacional, seriam o de transformismo, revolução passiva, desenvolvimento desigual. Entretanto, esses são desconhecidos para as principais teorias na

nossa área. Elas se preocupam com ajustes e acomodações para a manutenção e administração da ordem, diferentemente de Gramsci, quem preocupava-se teórica e praticamente com a transformação, e fazia parte de um instrumento político (o partido) que tinha a meta de uma revolução socialista.

Considero que, mesmo trazendo uma sistematização de um debate antigo, já muito discutido em outros espaços, ele se mantém relevante para pensar o momento atual. Este é o de re-ordenamento na "ordem" mundial. Em meio à mudança, é difícil ter clareza sobre para onde vamos, com quem e quando. Estamos vivenciando o declínio do poder estadunidense? Um novo ciclo hegemônico na Ásia? Estamos vivenciando uma ordem hegemônica, não hegemônica ou mesmo contra-hegemônica? Em que medida a atual ascensão de países chamados "emergentes" configurariam uma perspectiva de ordem não-hegemônica (ou contra-hegemônica)? Ou em que medida estes países, e as diferentes das forças sociais, reproduzem a lógica de acumulação capitalista, levando assim a um novo ciclo de expansão do capital global? Enfim, em que medida a hegemonia pode ser desafiada por países nos quais as forças e classes dominantes estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico? Estas complexas questões e nosso delicado momento político no contexto de crise econômica (social, ideológica, ambiental) têm ocupado aqueles/as estudiosos/as engajados/as e comprometidos/as com a reflexão mais aprofundada sobre o que são as transformações e mudanças reais em nossas sociedades. É necessário abrangermos e analisarmos a *totalidade* dos fenômenos, atores e relações sociais, para descortinarmos as tensões e desdobramentos das mudanças e movimentações de estruturas de poder. Nossos estudos devem estar vinculados às resistências e lutas sociais, de onde nascem e partem as mudanças concretas das relações sociais e das formas de vida, que são as bases para a criação de um novo mundo igualitário e justo. Gramsci nos dá o maior exemplo da vinculação entre luta e reflexão filosófica, prática e teoria. Nos recorda que nossa prática deve ser coerente ao que

dizemos e escrevemos, coerente às teorias sobre as quais apoiamos nossas reflexões. Essa é uma importante, árdua e constante tarefa.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni: "The three hegemonies of historical capitalism". In: Gill, Stephen (ed.): Gramsci, historical materialism and International Relations. Cambridge University Press, 1993
- AYERS, Alison J. (ed.): Gramsci, Political Economy, and International Relations Theory. Modern princes and naked emperors. New York, Palgrave Macmillan, 2008
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory. *Millennium - Journal of International Studies* 1981; 10; 126
- \_\_\_\_\_. Production, Power and World Order. Social forces in the marking of history. New York, Columbia University Press, 1987
- \_\_\_\_\_. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: Gill (ed.): Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge University Press, 1993
- \_\_\_\_\_. Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies* (1999), 25, 3-28
- \_\_\_\_\_. Entrevista realizada por Ana Garcia, Miguel Sá e Alessndro Biazzi em Cabbagetown, Toronto, maio de 2009 (no prelo).
- GILL, Stephen. Power and Resistance in the New World Order. New York, Palgrave Macmillan, 2008
- \_\_\_\_\_. Epistemology, ontology and the Italian school. In: Gill (ed.): Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge University Press, 1993
- GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. Cambridge University Press, 1981
- GRAMSCI, Antonio. Selections of Prison's Notebooks. New York, International Publishers, 1971
- IKENBERRY, John. After Victory. Institutions, strategic restraint, and the building of order after major wars. New Jersey, Princeton University Press, 2001
- \_\_\_\_\_. Getting hegemony right. *The*

*National Interest*, Spring 2001 (63)  
 KINDLEBERGER, Charles. *The World Depression, 1929-1939*. University of California Press, 1973  
 KEOHANE, Robert. *Instituciones internacionales y poder estatal. Ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales*. Grupo Editor Latinoamericano, colección Estudios Internacionales, 1993  
 LACHER, Hannes. *Beyond Globalization. Capitalism, territoriality and the international relations of modernity*. Routledge, RIPE, 2006  
 \_\_\_\_\_. *History, structures, and world orders. On the (cross-)purposes of neo-Gramscian theory*. In: Ayers (ed.): *Gramsci, Political Economy and International Relations Theory*. New York, Palgrave Macmillan, 2008  
 MESSARI, Nizar/NOGUEIRA, João Pontes: *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005  
 NEVES SILVA, Eduardo/LAGE, Victor Coutinho. *Os Debates das Relações Internacionais: Historiografia e Narrativa*. In: Lobato/Sabino/Abreu (orgs.): *Iniciação Científica: Destaques 2008*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009, v. 1, p. 633-656.  
 PANITCH, Leo/GINDIN, Sam. *Global capitalism and American Empire*. *Socialist Register 2004*. London, Merlin Press  
 PANITCH, Leo. *Globalization and the state*. *Socialist Register 1994*, p. 60-93  
 WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. MacGraw-Hill, 1979  
 \_\_\_\_\_. *O Homem, o Estado e a Guerra. Uma análise teórica*. São Paulo, Martins Fontes, 2004

trabalho de Cox. Esse autor é o primeiro a trazer aspectos do pensamento de Gramsci para a disciplina, inovando também tal pensamento com o conceito, por exemplo, de “internacionalização do Estado”. Depois de Cox, outros autores também inspirados em Gramsci trouxeram reconhecidas contribuições teóricas, como Mark Rupert, Stephen Gill, Adam Morton, William Robison, entre outros.

---

<sup>i</sup>Doutora pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Bolsista recém-doutora FAPERJ. Professora de Economia Política Internacional no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Coordenadora do núcleo de pesquisa sobre Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento, do Centro de Estudos e Pesquisas BRICS/ BRICS Policy Center. Email: anasaggiore@gmail.com

<sup>ii</sup>É importante ressaltar que a vertente gramsciana da Teoria Crítica em RI não se esgota com o